**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE JACAREACANGA DO ESTADO DO PARÁ**

Processo nº. 0800660-12.2024.8.14.0112

**IVAN MORENO DE JESUS FILHO E OUTROS – EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**, já qualificados nos autos, representada por seus advogados abaixo subscritos, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, em caráter de urgência, expor e requerer o que segue.

I. DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO DOS PROTESTOS E NEGATIVAÇÕES NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

1. Como se sabe, os Recuperandos enfrentam dificuldades financeiras, ensejando à propositura do pedido recuperatório, o qual teve o seu processamento deferido para que, nos termos do artigo 47, da LRF, possa continuar desempenhando sua atividade econômica de forma regular, com a finalidade do soerguimento.
2. Contudo, os protestos lavrados em nome do Recuperando IVAN MORENO DE JESUS (anexos) têm inviabilizado o desenvolvimento de sua atividade comercial.

3. Isso porque, as inscrições impedem que a devedora tenha acesso à linhas de crédito junto às instituições financeiras, as quais têm se negado a conceder empréstimos em decorrência das negativas feitas em seu nome.

4. Nesse sentido, os Recuperandos não conseguem obter recursos suficientes para reforçar seu capital de giro, afetando diretamente na continuidade às suas atividades comerciais.

5. Com os protestos/restrições de crédito no SPC e Serasa, os Recuperandos vêm sofrendo diversos prejuízos, dentre os quais podemos destacar:

- Restrições junto à agência bancária (impossibilitando a empresa de possuir cartões de créditos, cheques e algum tipo de financiamento)
- Um possível cancelamento de conta corrente.
- Restrições creditícias na praça.
- Dificuldades em continuar negociando com os clientes fidelizados.
- Restrições para buscar novos clientes.

6. Não há dúvidas de que as inscrições nos cartórios de títulos diminuem a confiança do mercado na operação dos Recuperandos e na sua capacidade de pagamento.

7. Portanto, na remota hipótese de serem mantidos os protestos e as restrições junto aos órgãos de crédito, estaremos diante de uma afronta direta aos princípios lastreados no texto da própria LRF, de modo que a manutenção da fonte produtora decorre de uma série de fatores que não apenas a repactuação das dívidas, mas de diversos outros como o desenvolvimento regular da operação, visto que os Recuperandos dependem do acesso ao mercado de crédito e financiamento.

8. Não há que se falar também em novas inscrições no Serasa, no SPC e demais órgãos de restrição ao crédito dos títulos, em nome dos Recuperandos. Ou seja, em substituição à anotação no Serasa, ou em outro banco de dados, dos inúmeros apontamentos que podem vir a ocorrer, cuja exigibilidade do valor apontado ficará sobrestado, deve ser comunicado ao Serasa de que os Recuperandos se encontra em Recuperação Judicial, para que qualquer interessado possa ter ciência de que existe, no momento, este apontamento – Recuperação Judicial, de modo que os órgãos de restrição ao crédito possam justificar a falta de inscrição dos títulos a ela indicado.

9. Nesse sentido, vejamos os mais recentes precedentes acerca do entendimento da retirada do protesto a partir do deferimento do pedido de Recuperação Judicial:

PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – **RECUPERAÇÃO JUDICIAL** – BENS COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – UTILIZADOS PARA DESEMPENHO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL – ESSENCIALIDADE DEMONSTRADA – **SUSPENSÃO DAS NEGATIVACÕES E PROTESTOS – POSSIBILIDADE** – DECISÃO MANTIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), com exceção dos casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária são essenciais à atividade produtiva da sociedade recuperanda. **É prudente manter a suspensão dos apontamentos em nome do grupo recuperando no rol de inadimplentes, em virtude dos efeitos deletérios que a pendência de protesto pode causar na reestruturação econômico-financeira pretendida pelos agravados com a ação recuperacional.** (Número Único: 1015041-70.2024.8.11.0000 - Relator: Des(a). MARCIO VIDAL – 17/Setembro/2024 - 5ª Câmara de Direito Privado - TJMT) (grifos nossos)

AGRAVO INTERNO – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE PROVEU O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DO PERÍODO DE BLINDAGEM ANTES DO **DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – POSSIBILIDADE PREVISTA NO § 12 DO ART. 6º DA LEI 11.101/05 – NECESSIDADE DA SUSPENSÃO DO CURSO DE AÇÕES OU EXECUÇÕES, BEM COMO DOS APONTAMENTOS DE NOME NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO DO CRÉDITO.** ALÉM DA MANUTENÇÃO DOS BENS TIDOS POR ESSENCIAIS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – DECISUM A QUO MODIFICADO NO PONTO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Diante da possibilidade de antecipação dos efeitos do stay period, bem como da presença da probabilidade do direito e da existência de risco imediato de dano e fragilidade do resultado útil do processo, **é cabível a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações ou execuções contra a autora, bem como dos apontamentos do nome nos órgãos de restrição do crédito,** além de manutenção dos bens ativos tidos por essenciais à manutenção das atividades rotineiras da empresa listados na petição inicial. (AI nº 1017757-70.2024.8.11.0000, Julgado em 28/08/2024. 3ª Câmara de Direito Privado do TJMT. Relator Des. Dirceu dos Santos. Unânime) (grifos nossos)

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – **RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RJ** – PERÍCIA PRÉVIA – AUSÊNCIA DE NECESSIDADE - FACULDADE DO JUÍZO – BENS ALIENADOS ESSENCIAIS À ATIVIDADE ECONÔMICO-PRODUTIVA DO GRUPO – PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA – **SUSPENSÃO DOS APONTAMENTOS – NECESSIDADE** – DISSONÂNCIA DO PARECER MINISTERIAL – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. “A realização de

*perícia prévia ao deferimento do processamento da recuperação judicial é facultativa e tem o intuito de auxiliar a análise do cumprimento dos requisitos previstos na Lei 11.101/2005. (TJ-MT 10070833820218110000 MT, Relator: GUIOMAR TEODORO BORGES, Data de Julgamento: 11/08/2021, Quarta Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 11/08/2021).” Os créditos decorrentes da alienação fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, contudo, durante o período de blindagem, estabelecido pelo art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, não se permite a venda ou a retirada, do estabelecimento da devedora, de bens de capital essenciais à sua atividade empresarial, a fim de possibilitar a superação da crise econômico-financeira em que se encontra. “**É prudente suspender os apontamentos existentes nos órgãos de proteção ao crédito e protestos em nome da empresa recuperanda, relativos aos títulos sujeitos a recuperação judicial, enquanto durar o período de blindagem, pois, o referido prazo tem por finalidade específica permitir a reestruturação e dessa forma, a negatificação do nome nesse período não atenderia ao princípio elencado pela própria legislação.** (TJ-MT 10021250920218110000 MT, Relator: CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, Data de Julgamento: 14/04/2021, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/04/2021).” (TJ-MT - AI: 10091839220238110000, Relator: DIRCEU DOS SANTOS, Data de Julgamento: 25/10/2023, Terceira Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/10/2023) (grifos nossos)*

10. É importante lembrar que o artigo 47, da Lei nº. 11.101/05, demonstra a intenção colaborativa do instituto da Recuperação Judicial na ascensão das atividades empresariais, sendo que manter protestos em nome dos Recuperandos, claramente contraria e prejudica tal objetivo.

11. Desta feita, os princípios expressamente trazidos pela Lei de Recuperação Judicial em seu artigo 47, não podem ser infringidos por regra de caráter restrito que, se julgada admissível *in casu*, coloca em risco o objeto do diploma legal, tornando, assim, inviável a recuperação da devedora.

12. Portanto, sendo o princípio a espécie de norma jurídica que deve nortear o magistrado na aplicação das regras ao caso concreto, e, tendo por base que a Lei nº. 11.101/2005 trouxe expressamente ao ordenamento os princípios da preservação da empresa e da função social da Recuperação Judicial, tem-se que a não suspensão dos protestos cartorários em nome dos Recuperandos vai de afronta à finalidade legal da Lei supracitada.

13. Logo, mister se faz seja deferida, a retirada de todos os apontamentos (Cartório de Protesto, Serasa e SPC, CCF) relativos aos títulos oriundos de créditos sujeitos a este processo (anteriores a ele), em nome dos Recuperandos, constando na ordem determinação para que os órgãos de restrição ao crédito se abstenham de levar à inscrição novos apontamentos.

14. Assim, as obrigações que precedem à recuperação judicial, se sujeitam a ela e, desse modo, referidos títulos não podem ser protestados.

15. Resta claro que não se pode ocultar obrigações ou evitar publicidade de débitos inscritos, e por esta razão é que se deve constar em todas as relações comerciais, a designação "em recuperação", nos termos do artigo 69, e § único, da Lei nº. 11.101/05:

Art. 69. Em todos os atos, contratos e documentos firmados pelo devedor sujeito ao procedimento de recuperação judicial deverá ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial".

Parágrafo único. O juiz determinará ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020)

16. É necessário observar o objetivo do processo de recuperação judicial, prevalecendo a importância do soerguimento da empresa, a fim de evitar a criação de entraves à superação do estado de crise econômico-financeira, que guarda relação direta com a reputação e credibilidade da empresa.

17. Nesse sentido, os ensinamentos de Patrocínio:

*Durante a tramitação do pedido de recuperação judicial, ao menos durante seus cento e oitenta dias iniciais, o empresário estará blindado contra pretensões executivas de seus credores. Nesta fase, seu patrimônio não poderá ser expropriado, apreendido ou removido. **No entanto, a perda de reputação empresarial pode dificultar ou mesmo impedir o prosseguimento da empresa, em razão dos altos custos de transação que serão incorridos nas relações que forem celebradas com seus fornecedores e empregados, além do risco de rejeição de seus produtos ou serviços pelo mercado.** (PATROCÍNIO, Daniel Moreira. Os custos da reorganização judicial da empresa. In: MENDES, Bernardo Bicalho de Alvarenga. [Org]. Aspectos polêmicos e atuais da lei de recuperação de empresas. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2016. p. 63) (grifos nossos)*

18. **E é exatamente essa a situação do caso em tela, em que os Recuperandos estão sofrendo rejeições pelo mercado em razão dos apontamentos existentes, que os estão impedindo de prosseguir com sua atividade comercial, conforme demonstrado.**

19. Dessa forma, é evidente que manter os apontamentos existentes, acarreta a perda de negócios viáveis, contradizendo e ferindo o princípio da preservação da empresa.

20. Sendo assim, as obrigações que precedem à recuperação se sujeitam a novas condições de pagamento e, portanto, não podem ser protestadas.

21. Isto porque, a novação induz à extinção da relação jurídica anterior, sendo substituída por uma nova, que será paga nos termos do Plano de Recuperação Judicial e, assim, não cabe mais falar em inadimplência do devedor por dívida extinta.

22. Apontadas essas razões, Excelência, é imprescindível que seja determinada, por meio de decisão com força de ofício, a suspensão de todos os protestos lavrados nos cartórios de notas, bem como aos órgãos de proteção ao crédito em que os Recuperandos eventualmente estejam inscritos (SPC e Serasa, dentre outros).

23. Alternativamente, caso não seja este o entendimento, postula para que sejam expedidas certidões de protesto com efeito negativo em favor dos Recuperandos, para que estes prossigam com suas atividades econômicas regularmente, bem como promova a manutenção da fonte produtora como objetivo central do processo recuperatório.

II. DOS PEDIDOS

24. Diante de todo o exposto, requerem seja determinada, mediante decisão com força de ofício, a suspensão de todos os protestos lavrados nos cartórios de notas em nome dos Recuperandos, bem como a liberação da inscrição de seus dados nos órgãos de proteção ao crédito;

a) Alternativamente, caso este não seja o entendimento, postula para que seja determinada a expedição de certidão de protesto com efeito negativo em favor dos Recuperandos, a fim de que possam retomar o acesso ao crédito e voltem a adquirir os insumos essenciais ao desempenho das atividades.

25. **Seja enviado ofício ao CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE PARANAÍTA, determinando a suspensão dos protestos realizados em nome do Recuperando IVAN MORENO DE JESUS.**

26. Por derradeiro, requerem que todas as publicações sejam feitas em nome do **Dr. Antônio Frange Júnior**, OAB/MT 6.218, sob pena de nulidade dos atos que vierem a ser praticados.

Termos em que, pede e espera deferimento.

São Paulo/SP, 13 de março de 2025.

ANTÔNIO FRANGE JUNIOR
OAB/MT 6.218

YELAILA ARAÚJO E MARCONDES
OAB/SP 383.410

ALINY HIDEMI ARA
OAB/SP 340.534